

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

### **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 29/2025**

**Dalmo Assis de Oliveira**

*Relator da Comissão*

Tendo esta comissão recebido, na data de 26 de fevereiro de 2025, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa do Projeto de Lei nº 29/2025, que “*Altera o artigo 2º, da Lei 2.843/94, que estabelece normas para a contratação de pessoal por tempo determinado e dá outras providências*”, e, atuando como relator da matéria em apreço, passo a expor as seguintes considerações:

Após a análise do Projeto de Lei nº 29/2025, constatamos que a proposta tem como objetivo alterar o artigo 2º, da lei nº 2.843, que estabelece o prazo máximo de 24 meses prorrogável por igual período para contratações formalizadas por intermédio de Contrato Administrativo.

Constata-se que o Projeto de Lei em apreço, está instruído com a documentação necessária, de praxe exigida por lei e ao que estabelece o artigo 28, inciso I do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna.

Feitas as análises acima, conclui-se:

Diante do exposto e, após analisar o Projeto de Lei nº 29/2025, entendo que a matéria foi elaborada dentro das normas técnicas legislativas pertinentes. Portanto, sou pela apreciação da presente proposição em Plenário.

---

***Dalmo Assis de Oliveira***

*Presidente – Relator*

**Somos favoráveis à apreciação do Projeto pelo Plenário, acompanhando o Voto do Relator.**

Sala das Comissões, em 07 de março de 2025.

***Israel Antônio Lúcio Neto***

*Membro*

***José Humberto S. Rodrigues***

*Membro*